TRIBUNA PARLAMENTAR
Informativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco – Ano IX – nº 78 – Janeiro de 2009

JOÃO BITA

Alepe mostra números de 2008

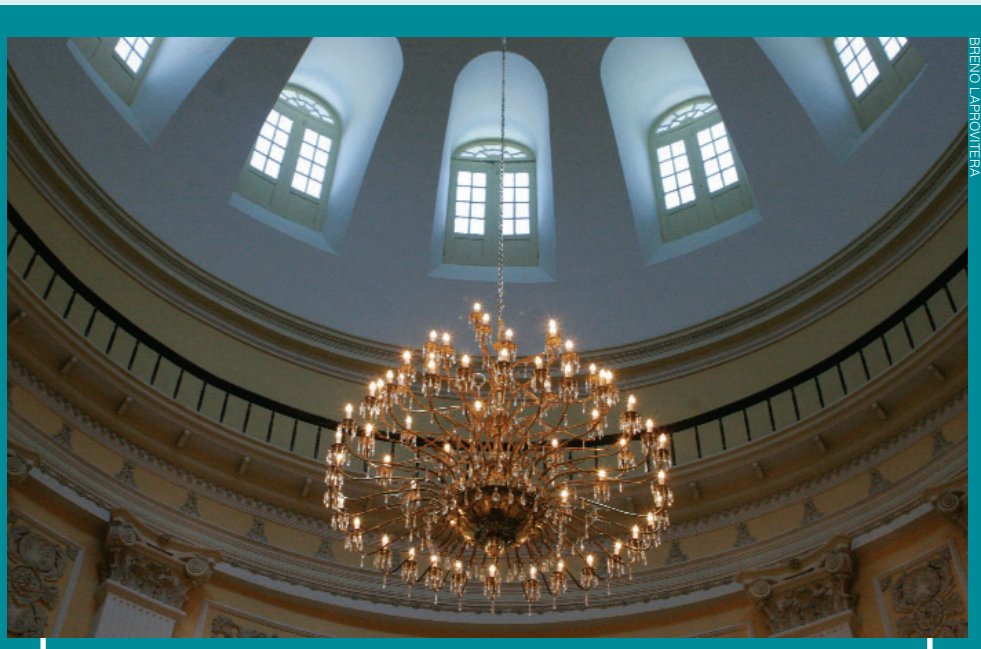
Págs. 4 e 5

MOISÉS BARBOSA



Projeto Segunda Cultural encerra ano com espetáculo do Balé Popular do Recife

Pág. 8



BRENO LAPROVITERA

Deputados aprovam novo Regimento Interno

Pág. 3

CARTA AO LEITOR

Modernizar para atuar melhor. Esse deve ser o lema de toda instituição que tem como missão o interesse público. Pois foi com esse intuito que a Assembleia Legislativa aprovou, em dezembro, o seu novo Regimento Interno.

O documento, que reúne todas as normas e atribuições do Poder, atualizou os procedimentos do trâmite legislativo e trouxe inovações importantes. Uma das principais está no artigo 201, que abre a possibilidade da apresentação de projetos de lei de iniciativa popular. Com isso, a partir de fevereiro, quando o novo Regimento entrará em vigor, a participação da população nesse quesito poderá se dar por meio dos próprios cidadãos ou de entidades, que devem seguir algumas normas - como o número mínimo de assinaturas para subscrever a proposta. Dessa forma, o Poder Legislativo consolida o que já consta na Constituição do Estado de Pernambuco, em seu parágrafo 2º do artigo 19.

Dentre os 293 artigos do novo Regimento Interno da Alepe há, ainda, outras modificações importantes para a agilização e a eficiência do funcionamento do Legislativo Estadual. Todas elas caminham no sentido da modernização dos procedimentos da Casa Joaquim Nabuco, ampliando a transparência de suas ações e, sobretudo, aproximando a Assembleia da população pernambucana. É dessa forma que o Poder ganha credibilidade e reafirma sua missão de legislar sempre com o objetivo do interesse público.

ARTIGO

DEVER CUMPRIDO

Guilherme Uchoa *

O Parlamento é a expressão da sociedade, é a voz do povo na tribuna, por meio dos seus representantes em todos os níveis - federal, estadual e municipal. O Poder Legislativo significa a expressão da liberdade, o pilar do regime democrático. Por esse motivo, temos o dever constitucional de dar publicidade aos nossos atos, de prestar contas à sociedade.

Nesse sentido, o Mesa Diretora do biênio 2007-2008 - composta por mim, pelos deputados Izaías Régis, Ciro Coelho, João Fernando Coutinho, Raimundo Pimentel, Sérgio Leite e Henrique Queiroz - encerra a gestão sentindo-se gratificada, com a consciência tranquila do dever cumprido. Traçamos diretrizes pautadas, sobretudo, pela defesa do Poder, economia dos recursos, descentralização na tomada de decisões, lisura e transparência.

Nessa trajetória de desafios, destacamos o investimento da Mesa Diretora nos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio dos veículos que levam a atuação parlamentar ao conhecimento da população da Capital e do Interior, a exemplo da Assembleia na TV e do portal da Alepe (*www.alepe.pe.gov.br*). Ou, ainda,

JOÃO BITA



pelo Fala Cidadão (0800.281.22.44), canal direto entre a sociedade e a Casa, ou pelos espetáculos de valorização da cultura pernambucana promovidos pelo Projeto Segunda Cultural.

Não esquecemos de investir fortemente no setor de recursos humanos, visando capacitar e qualificar continuamente o pessoal. Exemplo disso foi a realização da Pós-Graduação em Gestão Pública e Legislativa, na Escola do Legislativo. Mas a nossa preocupação com a educação não se limita ao quadro de servidores da Casa. Editamos uma cartilha, intitulada *A Casa do Povo*, que está sendo distribuída em escolas estaduais de todas as regiões do Estado. Destinada a estudantes do Ensino Médio, ela explica em linguagem simples a história e a função do Parlamento pernambucano.

Atender a uma reivindicação antiga do funcionalismo da Assembleia, com o pagamento dos atrasados da URV, também foi outro marco da gestão que se encerra. Bem como a aprovação do novo Regimento Interno e a consequente edição do novo Manual do Deputado.

A Mesa Diretora também se preocupa com a preservação de seu patrimônio. Estamos concluindo a reforma do centenário Palácio Joaquim Nabuco e criamos a Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

Diante desses fatos, estamos certos de que muito ainda há por fazer. Mas temos a confiança de que, com dedicação, trabalho, apoio dos colegas parlamentares e dos servidores, alcançaremos nossos objetivos e cumpriremos a nossa missão.

* Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.**

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Ciro Coelho; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Raimundo Pimentel; **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **4º Secretário**, Deputado Henrique Queiroz. **Assistente de Comunicação Social:** Cláudia Lucena; **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco; **Editor:** Marconi Glauco; **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco; **Redatores:** Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Estagiária:** Talita Arruda; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Fotógrafos:** João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dcomunic@alepe.pe.gov.br*

2ª FEIRA DE TALENTOS

JOÃO BITA



Nos 40 estandes dispostos no pátio de eventos da Casa Joaquim Nabuco, servidores da Alepe tiveram a oportunidade de mostrar os trabalhos artísticos que desenvolvem. A 2ª edição da Feira de Talentos da Alepe, que aconteceu entre os dias 10 e 12 de dezembro, teve como objetivo descobrir aptidões e valorizar os profissionais, além de integrá-los. O público pôde conferir a exposição de peças de artesanato, pinturas, bijuterias, objetos natalinos, produtos de beleza e de moda, entre outros itens. Dentre as inovações do evento, estavam possibilidades de pagamento com o uso de cartão de crédito; amplo horário de funcionamento, das 9h às 17h; e, ainda, a distribuição de barracas e aventais personalizados entre os participantes da edição. A iniciativa, coordenada pela Superintendência de Recursos Humanos (SUPRH) da Casa, também teve o intuito de arrecadar produtos para a Campanha Alepe Solidária. Cerca de 800 itens foram enviados, no dia 22 de dezembro, para as vítimas das enchentes do Estado de Santa Catarina, juntamente com três toneladas de alimentos, roupas, brinquedos e livros, que foram coletados durante a Campanha Natal Sem Fome dos Sonhos.

LEGISLAÇÃO

Novo Regimento Interno começa a vigorar este ano

Fernanda Rodrigues

MOISÉS BARBOSA



Parlamentares da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça analisaram e aprovaram os 293 artigos do documento

Em busca da modernização da atividade parlamentar, o novo Regimento Interno do Poder Legislativo de Pernambuco começa a vigorar a partir do dia 2 de fevereiro, com a retomada dos trabalhos da Alepe. O documento que reúne todas as normas e atribuições da Assembleia Legislativa foi aprovado em dezembro, após o fim da análise de todas as emendas e subemendas apresentadas.

Uma subcomissão formada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) elaborou o projeto. O novo Regimento tem 293 artigos, e a formulação do texto contou com a colaboração de assessores ligados à Procuradoria Geral e à Assistência Legislativa, além de todos os parlamentares.

As principais alterações propostas dizem respeito à modernização da Casa e têm o objetivo de dar mais agilidade e eficiência ao funcionamento do Poder, além de possibilitar uma maior aproximação com a sociedade, já que uma das mudanças inovadoras é a criação de seção específica para projetos de leis de iniciativa da população.

A participação popular se dará por meio da sociedade civil (entidades ou cidadãos), que poderá apresentar ao Parlamento proposta de emenda à Constituição do Estado, desde que subscrita pelo mínimo de 1 % do eleitorado distribuído por, pelo menos, um quinto dos municípios de Pernambuco. O artigo 201 detalha a questão.

Entre as mudanças também estão alterações nos prazos para apresentação de emendas a projetos, a criação de critérios para a concessão de Título de Cidadão de Pernambuco e a ampliação da atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

O relator do projeto de reforma do Regimento Interno na CCLJ, deputado Augusto Coutinho (DEM), afirmou que o documento vai agilizar as atividades, contribuindo com a transparência das ações da Casa. "A reformulação é um grande avanço. Foi um trabalho feito por muitas mãos, em que procuramos aproximar o Parlamento e a sociedade. O novo Regimento vai modernizar as iniciativas e deixar o trâmite legislativo mais claro e ágil", avaliou.

O então presidente da CCLJ, deputado José Queiroz (PDT), comemorou o fato de o documento ter sido aprovado ainda na sua gestão. "A sensação é de dever cumprido. O novo Regimento é uma peça importante para o trabalho legislativo, e eu saio do colegiado satisfeito com o resultado obtido", disse. Queiroz se despediu da Casa Joaquim Nabuco para assumir a Prefeitura de Caruaru, no Agreste, no início deste ano.

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

I - Principais modificações

- Incorpora artigos que estão na resolução que trata da Comissão de Ética Parlamentar.
- Incorpora a emenda constitucional que trata da diminuição do recesso parlamentar e da extinção da parcela indenizatória nas sessões extraordinárias.
- As Comissões Parlamentares de Inquérito têm a atuação ampliada com base nos termos da Constituição Federal.
- Estabelece nova disciplina à concessão de Título de Cidadão do Estado de Pernambuco.
- Define agenda e número de oradores nas reuniões plenárias (Pequeno e Grande Expediente - cinco parlamentares cada) e estabelece as segundas-feiras para palestras, debates ou datas comemorativas.
- Cria procedimento para apreciação de projetos de lei de iniciativa popular.

II - Outras mudanças

- Dispensa o interstício (tempo de duração entre a primeira e segunda discussão dos projetos de lei) por meio de requerimento apresentado pela maioria dos parlamentares ou mediante acordo escrito entre as lideranças do Governo e da Oposição.
- Do Veto - Quando forem contrários ao interesse público, os projetos serão encaminhados às Comissões onde tramitaram.
- Tomada de Contas - Compete à Comissão de Finanças proceder à tomada de contas das autoridades, dentro de sua competência, no caso de não serem enviadas no prazo previsto nas normas legais (60 dias após início da sessão legislativa). Anteriormente, era limitado ao governador.
- Acrescenta a possibilidade de realização de votação eletrônica para a eleição da Mesa Diretora, mediante solicitação encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral.

Fonte: Subcomissão de Análise do Regimento Interno, formada por integrantes da Comissão de Justiça, da Procuradoria Geral, da Assistência Legislativa e parlamentares.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

JOÃO BITA



Deputados aprovaram, em Plenário, 2.500 proposições no ano passado

ANO DE 2008 MARCADO POR MUITA PRODUÇÃO NA ALEPE

A Casa Joaquim Nabuco analisou, no ano passado, mais de 2.600 matérias, entre projetos de lei ordinária e lei complementar, além de indicações, requerimentos e o novo Regimento Interno.

A Assembleia Legislativa de Pernambuco encerrou os trabalhos do ano de 2008 com uma produção significativa. A Casa analisou 2.679 proposições. Dessas, 2.500 foram aprovadas pelo Plenário, sendo 762 indicações, 1.361 requerimentos, 296 projetos de lei ordinária, 31 projetos de lei complementar, duas propostas de emenda à Constituição e 48 projetos de resolução. Entre as iniciativas que receberam parecer favorável, está o novo Regimento Interno da Alepe. O documento, que entra em vigor a partir de fevereiro deste ano, favorece a modernização da Casa e vai possibilitar mais agilidade ao trâmite legislativo (ver matéria na página 3).

Um dos itens previstos no Regimento é a instalação de um painel eletrônico, por meio do qual os parlamentares poderão acompanhar algumas votações. Já o processo de eleição da Mesa Diretora poderá contar com uma urna eletrônica, requerida ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). "São mudanças relevantes que irão contribuir para o bom desempenho do Parlamento", destacou o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

Os parlamentares também aprovaram, ao longo de 2008, matérias que beneficiaram servidores públicos, como as que concederam reajustes a funcionários de várias categorias e facilitaram a aquisição de notebooks por professores da rede estadual de ensino. Além disso, foram aprovadas propostas que contribuirão para o desenvolvimento de Pernambuco, a exemplo da lei que reduz para 7% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) do óleo combustível destinado às usinas termoelétricas do Estado.

Os funcionários do Legislativo também foram contemplados pela Mesa Diretora. "Pagamos a URV, o que significou o resgate de uma dívida histórica com o funcionalismo da instituição. Também beneficiamos os servidores com cursos ministrados pela Escola do Legislativo e programas como o Saúde Alepe", ressaltou Uchoa.

Já o 1º secretário da Casa, deputado João Fernando Coutinho (PSB), comemorou o fato de 2008 ter sido encerrado com harmonia entre a Assembleia Legislativa e os demais Poderes do Estado, além de muita produtividade na Casa. "O ano foi tranquilo no relacionamento da Alepe com os trabalhadores, o funcionalismo da Casa, a sociedade civil e outras esferas políticas de Pernambuco, o que facilitará a fluidez dos trabalhos em 2009 e a continuidade do desenvolvimento do Estado", assinalou.

Em 2008, o Poder Legislativo realizou 145 reuniões ordinárias, 24 extraordinárias e 52 solenes.

Justiça analisa mais de 700 proposições

JOÃO BITA



Responsável por analisar quase todas as matérias que passam pelo Poder Legislativo, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) encerrou o ano de 2008 com o saldo de 741 proposições recebidas. Dessas, 706 foram analisadas, 600 aprovadas e 104 rejeitadas. Algumas matérias foram retiradas de tramitação ou encontram-se em estudo. O colegiado realizou 35 reuniões ordinárias, 11 extraordinárias e oito audiências públicas no decorrer do período. A Comissão, em diversas reuniões, preocupou-se em aceitar a sugestão de alguns parlamentares e convidou autoridades, colaboradores e técnicos, de órgãos e Poderes do Estado, para esclarecer detalhes de projetos discutidos pelo grupo. Os deputados titulares e suplentes debateram várias propostas de repercussão na sociedade, a exemplo da que estabeleceu critérios para a criação e estruturação de Fundações Estatais de Direito Privado. Para o ex-presidente da Comissão, deputado José Queiroz (PDT), atual prefeito de Caruaru, o colegiado atingiu todas as metas, sem deixar de realizar nenhuma reunião. "É gratificante dar essa satisfação à sociedade. Votamos todas as matérias, inclusive as mais polêmicas, com ampla discussão e proporcionando um espaço democrático para a Oposição. Realizamos várias audiências públicas importantes para o bom andamento do processo legislativo", avaliou.

Finanças vota matérias essenciais

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação recebeu, ao longo dos últimos 12 meses, 389 projetos. Desses, 304 receberam parecer favorável do grupo e 23 foram rejeitados. Entre as propostas acatadas, diversas têm especial relevância para Pernambuco, como o Projeto de Lei Orçamentária Anual e a revisão do Plano Plurianual (PPA). As matérias tratam das metas do Governo do Estado para aplicação das receitas. A primeira, porém, elenca os objetivos da gestão para os 12 meses subsequentes à aprovação. No ano passado, o projeto recebeu 774 emendas parlamentares. A segunda proposição revê as estratégias do governador Eduardo Campos durante o mandato. Os dois projetos originaram uma série de discussões no colegiado – única Comissão a apreciar essas matérias. Outros debates ficaram por conta da apresentação dos relatórios financeiros do Executivo. Em 2008, Finanças realizou 30 reuniões ordinárias e oito audiências públicas. "Foi um ano muito bom. Apreciamos proposições importantes para o Estado. Agradeço aos integrantes e aos assessores do colegiado pelo empenho. Espero que esse trabalho tenha continuidade para o desenvolvimento de Pernambuco", ressaltou o presidente do colegiado, deputado Geraldo Coelho (PTB).

JOÃO BITA



Administração aprova 85% dos projetos

JOÃO BITA



A Comissão de Administração Pública encerrou o ano de 2008 com 85% de aprovação dos projetos apreciados. Ao todo, o colegiado recebeu 417 matérias e deu parecer favorável a 351. As propostas foram enviadas pela Casa, Poderes Executivo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público e avaliadas em 16 reuniões ordinárias promovidas pelo grupo. A maioria dos projetos - 253 - foi de autoria do Governo. Entre eles, estão o que cria o Programa Estadual de Educação Integral e o que implanta o Conselho Estadual das Cidades de Pernambuco (Concidades). Dentre as matérias enviadas pela Alepe (85 no total) estava a de autoria da Comissão de Justiça, que estendeu o benefício da meia-passagem para os estudantes de cursos técnicos e pré-vestibulares. O presidente do colegiado, deputado Maviael Cavalcanti (DEM), ressaltou a importância dos projetos apreciados e aprovados em 2008. "São propostas que colaboram com o crescimento e o desenvolvimento de Pernambuco. A Comissão deu sua parcela de contribuição, e nenhum encontro deixou de ser realizado por falta de *quorum*. Esperamos que o Governo do Estado coloque as matérias em prática, para que possamos, de fato, ter um Pernambuco melhor", afirmou.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

MUSEU VIRTUAL JÁ ESTÁ DISPONÍVEL NA INTERNET

Disponibilizar todo o acervo histórico da Casa Joaquim Nabuco na Internet. Seguindo a tendência da informatização mundial, a Assembleia Legislativa de Pernambuco lançou uma ferramenta que a deixará ainda mais perto da população. No último dia 18 de dezembro, a Mesa Diretora do Parlamento Estadual, por meio da Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, inaugurou o Museu Virtual da Alepe. A novidade foi implementada com o apoio da Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica, da Assistência de Comunicação Social e da Escola do Legislativo.

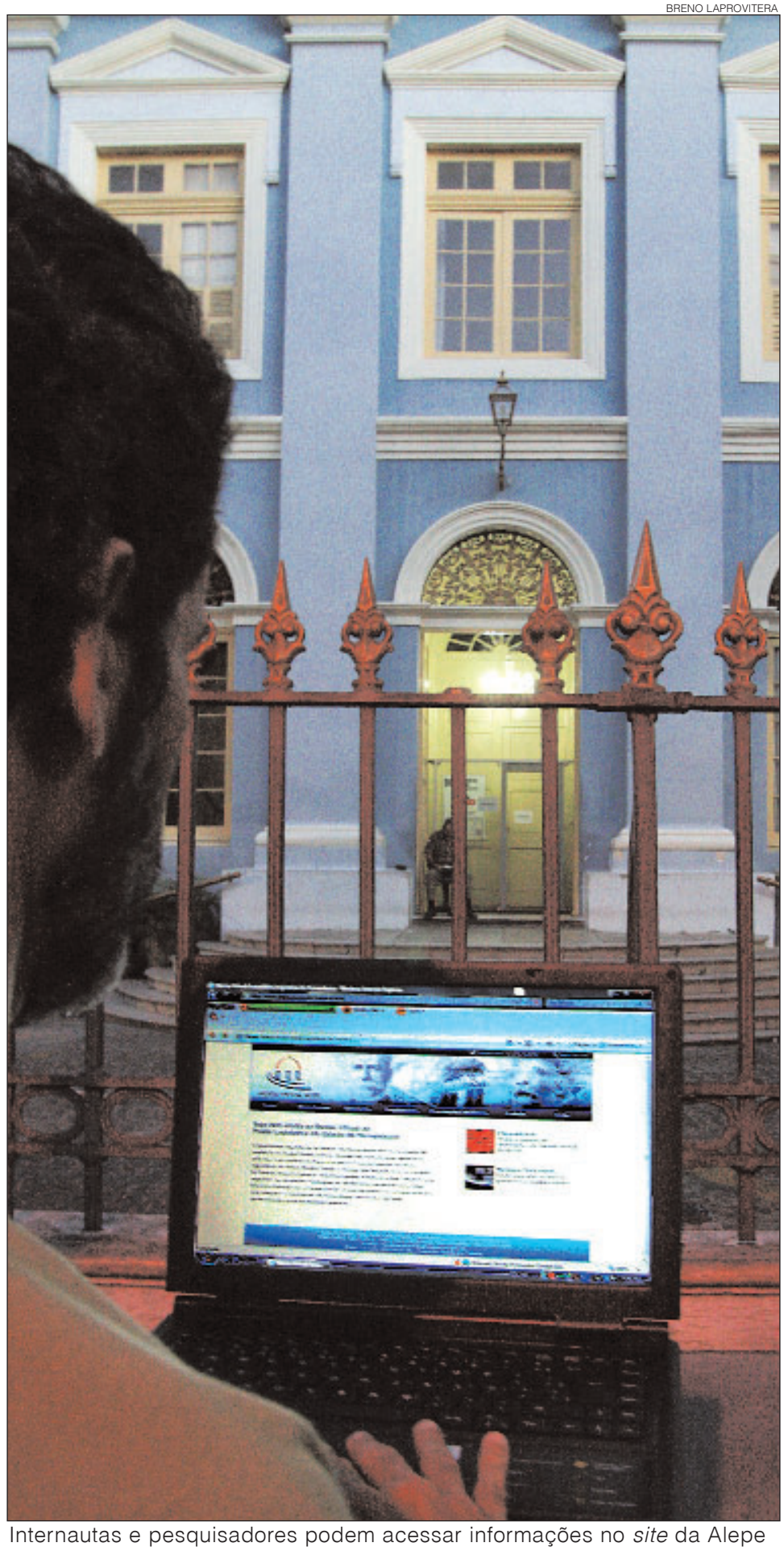
Por meio do endereço eletrônico *www.alepe.pe.gov.br/museuvirtual*, os internautas têm acesso às imagens do Palácio Joaquim Nabuco, a peças museológicas e a documentos históricos. Segundo os responsáveis pela iniciativa, o objetivo da Assembleia Legislativa é difundir o patrimônio histórico da Casa. Os documentos também estão à disposição do público na Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico, no Anexo I da Alepe, na Rua da União. Afora os exemplares elencados, os usuários ainda podem conhecer as trajetórias de vida e política dos deputados estaduais de Pernambuco.

Depoimentos dos integrantes da Mesa Diretora e dos líderes do Governo e Oposição também foram publicados no *site*. O interesse, além de socializar a história do Poder Legislativo, é atender a uma demanda do setor educacional. A partir de agora, os docentes e educandos pernambucanos podem utilizar-se do instrumento como fonte de informação.

Para o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), que coordenou o lançamento do endereço eletrônico, o link na página da Alepe será mais um veículo para aproximar o universo parlamentar da população do Estado. "O conjunto de bens culturais deve estar acessível a todos, e o Museu Virtual democratizará o nosso acervo", completou.

A assistente do Patrimônio Histórico da Alepe, Cynthia Barreto, também enfatizou a necessidade de difusão da história do Poder Legislativo de Pernambuco. "Para que isso aconteça, procuramos dar à iniciativa um aspecto leve e de fácil navegabilidade, proporcionando um rápido acesso a todos os internautas", acrescentou.

BRENO LAPROVITERA



Internautas e pesquisadores podem acessar informações no *site* da Alepe

PERSONAGEM DA ALEPE

JOÃO BITA



Servidor investe na área do Direito

TRABALHO NA CASA EMPOLGA FRANCISCO

Redigir peças jurídicas, pareceres, pesquisar jurisprudências e legislação na Internet é o trabalho desenvolvido na Procuradoria da Alepe pelo técnico em Administração Francisco de Assis Santoro. Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o servidor, que ingressou na Assembleia em janeiro de 1999, ressalta a importância da atividade que desempenha. "Todos os contratos de prestação de serviços da Alepe são analisados pelo setor. Verificamos a legalidade dos instrumentos contratuais e funcionamos como uma assessoria aos procuradores da Casa" , destacou.

Francisco Santoro já atuou, durante cinco anos, no Cerimonial da Alepe, mas se identifica mais com sua atual função. "Sem contar o ambiente de trabalho da Procuradoria, que é muito agradável, tenho oportunidade de aprender com os procuradores, adquirindo mais experiência na área jurídica, principalmente no ramo do Direito Administrativo", lembrou.

Nas horas vagas, o recifense, de 32 anos, gosta de praticar esportes como natação, caminhada e futebol, e é apreciador da boa música. "Gosto de tocar violão, em especial músicas regionais. Sou fã do cantor e compositor paraibano Zé Ramalho", revelou.

PERFIL PARLAMENTAR

Municípios de São Caetano e do Cabo ganham destaque

Esmeraldo mostra carências da Região Agreste

Homem simples, como gosta de se definir, Esmeraldo Santos está no seu primeiro mandato como deputado Estadual. Natural de São Caetano, foi eleito com 29.817 votos, é casado e pai de cinco filhos. Na Assembleia Legislativa, é 2º vice-líder da bancada do Partido Republicano (PR) e integrante titular das Comissões de Administração Pública e de Agricultura e Política Rural, além de suplente das Comissões de Ciência, Tecnologia e Informática; e de Educação e Cultura. Ele também atuou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Celpe.

Apesar do pouco tempo na Casa, Esmeraldo começou sua história política em 1992, quando conquistou uma cadeira no Legislativo de sua cidade, chegando a ocupar a Presidência da Câmara Municipal de Vereadores. Em 1996, foi eleito prefeito de São Caetano com 5.974 votos, sendo reeleito no pleito seguinte. Em 2004, fez seu sucessor no Executivo municipal. "Entrei para a política para fazer o gosto do meu pai, que morreu em 1989", disse.

Sua base eleitoral é a Região Agreste, onde estão localizados os municípios de São Caetano, Cachoeirinha, Caruaru, Tacaimbó, Altinho, Ibirajuba e Jupi. Apesar de buscar o desenvolvimento econômico e social para toda a região, a sua principal bandeira continua sendo a cidade onde nasceu. É difícil não ter um dia em que o parlamentar não fale de São Caetano no Plenário. "As carências são muitas. Enquanto outros colegas falam da economia, desenvolvimento de cidades próximas, como Santa Cruz do Capibaribe, a população de São Caetano não tem água para beber", afirmou.

Melhorar o abastecimento de água por meio de implantação de adutoras, construção de açudes e cisternas, perfurações de poços artesianos, construção e limpeza de barragens nos municípios que representa são alguns dos desafios de Esmeraldo. "Só depois de conseguirmos isso é que teremos condições de atrair fábricas e empresas, a fim de gerar emprego e renda", comentou. Durante o primeiro biênio, o deputado apresentou diversos projetos de lei e indicações, defendendo melhorias para a região. "É uma forma de sensibilizar o governador Eduardo Campos (PSB) para as carências da população", argumentou.

Esmeraldo tem orgulho de dizer que é um deputado assíduo e que as portas do seu gabinete estão sempre abertas. "É preciso justificar o salário que ganhamos e dar resposta aos eleitores", avaliou, acrescentando que sozinho não resolverá os problemas do Estado, mas, com certeza, a parcela que está dando "contribuirá em muito para o desenvolvimento de Pernambuco".

ARQUIVO/ALEPE



Parlamentar defende melhorias

Cabo é a principal bandeira de luta de Everaldo

ARQUIVO/ALEPE



Deputado já presidiu Câmara Municipal

Até as eleições municipais de 1992, o deputado Everaldo Cabral (PTB) não pensava em entrar para a política. Porém, o empresário bem-sucedido do Cabo de Santo Agostinho não resistiu ao convite de um amigo que estava disputando a Prefeitura. Resultado: elegeu-se, sendo o vereador mais votado no pleito. Ficou na Câmara Municipal por quatro mandatos (1989 a 1992; 1993 a 1996; 1997 a 2000; e 2001 a 2004). "A intenção era ajudar o Cabo a se desenvolver social e economicamente, pois a cidade era muito atrasada", afirmou.

Na Alepe, Cabral chegou com 39.560 votos para exercer seu primeiro mandato. Na Casa, ele ocupa o cargo de presidente da Comissão de Negócios Municipais. É também suplente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente; da Comissão de Assuntos Internacionais; e da Comissão de Ética.

Além de ter como foco o desenvolvimento de todo o Estado, a cidade do Cabo continua sendo sua principal bandeira de luta. "É preciso fazer com que o município aproveite o *boom* de desenvolvimento do Complexo Portuário de Suape", observou o parlamentar, defendendo a qualificação de jovens e, de forma geral, dos trabalhadores, "a fim de que não haja desemprego na região".

Sua maior alegria no campo político foi a eleição, por unanimidade, à Presidência da Câmara Municipal do Cabo, no biênio 1995/1996. "Foi inesquecível, ficou marcado na minha memória para sempre", avaliou.

Enquanto esteve no Legislativo Municipal, Everaldo também foi presidente da Comissão de Justiça e Redação (2002) e da Comissão de Obras e Serviços Públicos (2004) e integrou diversos colegiados, a exemplo da Comissão de Redação de Leis, de Educação, Saúde e Assistência Social.

"Quero ser lembrado pelas pessoas simples, que querem bem ao Cabo", disse Everaldo Cabral.

CULTURA

BALÉ POPULAR ENCERRA EDIÇÃO 2008 DO SEGUNDA CULTURAL

O Espetáculo *Nordeste – a dança do Brasil*, do Balé Popular do Recife, traz em seus vários quadros as principais manifestações artísticas e culturais de Pernambuco . O grupo foi a atração da última edição de 2008, em dezembro, do Projeto Segunda Cultural, da Assembleia Legislativa. O show ocorreu no Teatro do Parque, no Recife.

A plateia - mais de 600 pessoas - que prestigiou o evento estava atenta e participativa e acompanhou a evolução dos bailarinos no palco durante a apresentação do espetáculo mais difundido do grupo, que tem 31 anos de existência. Os autos e folguedos populares dos ciclos festivos do Nordeste, como o junino, o natalino e o carnavalesco, com suas respectivas danças típicas, animaram o público que lotou o teatro. A performance rica em cores, alegria e vibração foi protagonizada por 40 bailarinos em 15 danças. A novidade da noite foi a abertura, com a participação do Brasil Brinquedo, grupo infantil do Balé Popular, que dançou um auto de Natal.

O ritmo do frevo, do maracatu e do caboclinho causou euforia na plateia. Muitas pessoas não resistiram e arriscaram uns passos, enquanto admiravam a habilidade dos bailarinos. Para o deputado Antônio Moraes (PSDB), que esteve presente ao evento, o Balé Popular fechou com "chave de ouro" as apresentações do Segunda Cultural em 2008. "É irresistível ver a riqueza da cultura pernambucana tão bem representada pelo Balé Popular. Enquanto a Bahia tem o *axé*, nós temos diversos ritmos que expressam a diversidade cultural de Pernambuco", lembrou. O deputado Sebastião Rufino (DEM) também assistiu ao espetáculo.

Criado com a proposta de documentar, divulgar, preservar, ensinar e recriar os autos e folguedos populares do Nordeste, o Balé Popular acumula exibições nos principais festivais de dança do Brasil, como os de Joinville e do Recife, além de apresentações em diversos países da Europa, América e África. O grupo já esteve em Portugal, na Espanha, na França, na Holanda, em Cuba, nos Estados Unidos, no Canadá e em Israel, entre outros países.

A diretora de elenco do Balé, Angélica Madureira, considerou a participação no Projeto Segunda Cultural uma "honra". "É sempre bom estar em eventos que valorizam a nossa cultura, especialmente o Segunda Cultural, promovido pela Assembleia, que nos homenageou pelos 31 anos", observou. Segundo Angélica, o mais novo espetáculo do grupo - *As andanças do Divino* - começou a ser encenado em abril de 2008.

O Segunda Cultural é uma iniciativa da Mesa Diretora da Alepe e acontece sempre nas primeiras segundas-feiras do mês. No ano passado, algumas apresentações foram realizadas no Teatro do Parque, devido à reforma que está sendo feita no Palácio Joaquim Nabuco, sede do Poder Legislativo. O calendário de *shows* será retomado em fevereiro, com a volta dos trabalhos legislativos. A entrada é gratuita e os artistas não cobram cachê.

MOISÉS BARBOSA



O espetáculo *Nordeste - a dança do Brasil* - contagiou o bom público da última edição do projeto da Alepe em 2008